

**A FORMAÇÃO DO/A EDUCADOR/A DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS
JOVENS E ADULTAS EM QUESTÃO:
Café Curto com Paulo Freire, Alagoas**

Valéria Campos Cavalcante, Café com Paulo Freire de Alagoas¹

Temática: A Formação do/a Educador/a da Educação de Pessoas Jovens e Adultas em questão

Convidados: Profa. Dra. Valéria Campos Cavalcante² (UFAL); Prof. Esp. Raildo Ferreira (Educação do Campo); Profa. Msc. Marcela Nunes (Coordenadora do Setor de Educação do MST-AL).

Mediação: Profa. Dra. Marinaide Freitas

Data: 25 de novembro de 2021 – 19h às 21h

Canal: Multieja - <https://youtu.be/Trtj0FkCEWA>

Número de participantes: 50, aproximadamente

Síntese: Este CaféCurto com Paulo Freire foi preparado a partir do tema do V Encontro Nacional dos Cafés - *A EJA como política pública de Educação Popular*, pauta recorrente em vários Núcleos, haja vista que muitos participantes são professoras e professores desta modalidade em redes públicas, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior.

O Café de Alagoas discutiu “*A Formação do/a Educador/a da Educação de Pessoas Jovens e Adultas em Alagoas*”, com foco nas (in)visibilidades e silenciamentos destes sujeitos. Inicialmente, a professora Marinaide agradeceu a presença dos convidados, saudou o público e explicou o porquê da denominação *Café Curto*, que antecedeu ao Café Longo do V Encontro Nacional, com o tema *A EJA como política de Educação Popular*.

Na sequência, a profa. Valéria Campos expôs que o sistema educacional de Alagoas impõe uma política generalista para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e que as especificidades dos sujeitos são

¹Professora da Universidade Federal de Alagoas, doutora em Educação, na Cedu/UFA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, Currículo e Diversidades, vinculada ao grupo de pesquisas Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos. Membro da Curadoria Café com Paulo Freire de Alagoas. E-mail: valeria.cavalcante@penedo.ufal.br

ignoradas. Essa política generalista explicita a ausência do Estado diante da modalidade, que permanece há décadas num patamar de invisibilidade, no tocante a garantia de direitos, seja de estudantes e ou professores. Sendo assim, longe de estar servindo à democratização das oportunidades educacionais, a EJA em Alagoas se conforma como educação compensatória, como lugar dos que podem menos e também como quem obtêm menos.

Ela também ressaltou que há um total abandono em relação à formação do continuado do/a professor/a que atua na modalidade e que, nos anos 2020/2021, houve um agravamento da pouca importância que os governantes alagoanos outorgam à EJA, quando da pandemia da Covid-19. Sem deixar de destacar, antes, a diminuição progressiva dos orçamentos e da convocação de professores/as leigo/as contratados/voluntários para atuarem na EJA, ou seja, em muitos municípios alagoanos qualquer um que saiba ler e escrever pode “se transformar em professor da modalidade”.

Observa-se o descaso com os profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos, que permanece como educação compensatória, sem a visão de superação da sua condição marginal. O mínimo é oferecido para esses sujeitos, sem a possibilidade de que saiam da condição de subalternidade.

Em sua fala, o prof. Raildo Ferreira trouxe reflexões sobre a realidade da EJA do Campo em Alagoas, problematizando o descaso para com as escolas campesinas. Nesse sentido, afirmou que as ações oferecidas para os jovens, adultos e idosos do campo configuram-se como pontuais, desprezam-se as especificidades, expectativas e necessidades do público da EJA do campo.

Constatou-se, portanto, a grande dificuldade de se implementar em Alagoas políticas específicas para o público da EJA do campo, seguindo na perspectiva do que afirma Caldart (2012, p. 255):

Assim, as políticas que nortearam a educação de jovens e adultos no Brasil pouco se preocuparam com os homens e as mulheres trabalhadoras do campo. Desse modo, não [temos] um sistema de ensino adequado às especificidades no que diz respeito aos modos de vida dos adultos trabalhadores do campo com a qualidade necessária para que tenham possibilidades de acesso aos conhecimentos mais avançados e plenos que a humanidade produziu.

No tocante à formação continuada de professores que atuam na modalidade em questão, ficou explícito que essa formação se encontra numa espécie de invisibilidade, por parte das instituições. Entendeu-se, ainda, que investir na formação continuada dos professores da Educação de Adultos no/do campo é uma das formas de se contribuir minimamente para a superação das dificuldades vivenciadas pelos educadores em sala de aula.

A profa. Marcela Nunes apresentou de forma reflexiva as experiências vivenciadas no espaço do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), ressaltando como são as ações específicas desenvolvidas dentro do movimento, em espaços campestres, a partir dos princípios da Educação Popular. Segundo a professora Marcela, nos espaços do MST há formação político-pedagógica, numa perspectiva de formação continuada, para os professores que atuam. Nessas condições, acreditamos que ações emergiram premissas emancipatórias, assentes nos pressupostos da emancipação freireana, compreendendo que:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar (FREIRE,2000, p.46).

Essa emancipação só ocorre diante da postura libertadora das ações pedagógicas do/no MST, que perpassa aspectos como: a confiança nos humanos, a busca pela superação da contradição oprimido/opressor e as relações de liberdade e consciência.

A professora Marcela nos mostrou que a partir do contexto vivido com os professores/as é possível fazer reflexões sobre suas histórias, os enfrentamentos vivenciados nas salas de aula, necessidades materiais e conflitos. Dessa forma, configura-se perspectiva da ecologia de saberes como ponto de partida, numa tentativa de construção de processos mais criativos, mais democráticos e libertadores, em que:

[...] cada forma de conhecimento reconhece-se num certo tipo de saber a que contrapõe um certo tipo de ignorância, a qual, por sua vez, é reconhecida como tal quando em confronto com esse tipo de saber. Todo saber é saber sobre uma certa

ignorância e, vice-versa, toda a ignorância é ignorância de um certo saber (SANTOS, 2002, p. 78).

Com base nisso, afirma-se que esta concepção de formação reverte-se em objetos curriculares que desvelam as consciências ingênuas. Assim, diante deste contexto entende-se que os/as professores/as vivenciaram diferentes modos de experimentar/problematizar suas práticas e que, no processo formativo, esses modos de experimentação/problematização não são centrados em verdades absolutas, mas em horizontalidades, nas quais os conhecimentos dos sujeitos são reconhecidos e valorizados, não existindo uma hierarquização de saberes.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete; ET AL. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo, Expresso Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Número 63, Outubro 2002, 237-280. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF.